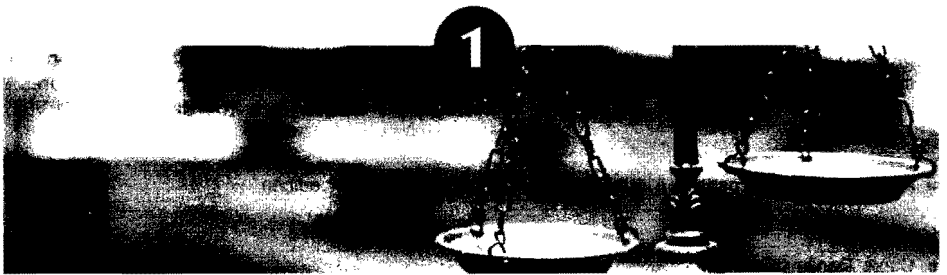


FLÁVIO TARTUCE

DIREITO CIVIL

LEI DE INTRODUÇÃO
E PARTE GERAL



14.^a edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 12.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

Foto: corgarashu/Shutterstock

- Fechamento desta edição: 01.11.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T198d

Tartuce, Flávio

Direito civil v. 1: lei de introdução e parte geral / Flávio Tartuce. – 14. ed. rev., atual. e ampli. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7773-3

1. Direito civil - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título. II. Série.

SUMÁRIO

1. LEI DE INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Aspectos gerais de Direito Privado.....	1
1.1.1 Introdução.....	1
1.1.2 As fontes do direito. A lei. As formas de integração da norma jurídica e as <i>ferramentas do sistema jurídico</i>	2
1.1.2.1 Fontes formais, diretas ou imediatas.....	2
1.1.2.2 Fontes não formais, indiretas ou mediatas.....	5
1.1.3 A lei como fonte principal do direito brasileiro. O problema das lacunas da lei.....	6
1.1.3.1 Da vigência das leis no tempo.....	8
1.1.3.2 Da vigência das leis no espaço.....	16
1.1.3.3 Principais classificações da lei.....	19
1.1.3.4 A interpretação das leis.....	22
1.1.3.5 As fontes diretas secundárias: a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito. Estudo específico e aprofundado.....	24
1.1.3.6 As fontes não formais, indiretas ou mediatas: a doutrina, a jurisprudência e a equidade.....	33
1.1.4 As antinomias ou lacunas de conflito.....	37
1.2 Da proteção do ato jurídico perfeito, da coisa julgada e do direito adquirido (arts. 6.º, da Lei de Introdução, e 5.º, XXXVI, da CF/1988). Relativização da proteção.....	41
1.3 As normas específicas de Direito Internacional Público e Privado constantes na Lei de Introdução. Breves comentários.....	48
1.4 Resumo esquemático.....	57
1.5 Questões correlatas.....	60
Gabarito.....	70

2. ENTENDENDO O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	71
2.1 Introdução.....	71
2.2 Codificar é preciso? o <i>big bang</i> legislativo e o sistema solar.....	72
2.3 Visão geral do Código Civil de 2002. Diretrizes básicas da sua elaboração....	76
2.4 Os princípios do Código Civil de 2002 segundo Miguel Reale.....	80
2.4.1 O princípio da eticidade.....	81
2.4.2 O princípio da socialidade.....	83
2.4.3 O princípio da operabilidade.....	85
2.5 Fundamentos teóricos e filosóficos da atual codificação privada. O Direito Civil Contemporâneo ou novo Direito Civil. Influências da <i>ontogno-seologia jurídica</i> de Miguel Reale no Código Civil de 2002.....	89
2.6 Direito Civil e Constituição. Amplitude da expressão Direito Civil Constitucional. A eficácia horizontal dos Direitos fundamentais.....	94
2.7 O diálogo das fontes.....	105
2.8 Resumo esquemático.....	109
2.9 Questões correlatas.....	112
Gabarito.....	118
3. ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PARTE GERAL. DA PESSOA NATURAL.....	119
3.1 Da pessoa natural, humana ou física. Conceitos iniciais. Personalidade e capacidade. A situação jurídica do nascituro.....	119
3.1.1 Os absolutamente incapazes.....	131
3.1.2 Os relativamente incapazes.....	137
3.1.3 Teoria geral da representação.....	141
3.1.4 Da emancipação.....	144
3.2 Os direitos da personalidade na concepção civil-constitucional.....	148
3.2.1 Introdução. Conceito de direitos da personalidade. Análise da técnica da ponderação e do seu tratamento no Novo CPC.....	148
3.2.2 Classificação e características dos direitos da personalidade.....	159
3.2.2.1 Direitos inatos, ilimitados e absolutos.....	162
3.2.2.2 Direitos intransmissíveis e indisponíveis.....	169
3.2.2.3 Direitos irrenunciáveis.....	170
3.2.2.4 Direitos imprescritíveis.....	172
3.2.2.5 Direitos impenhoráveis e inexpropriáveis.....	175
3.2.3 Os direitos da personalidade e as grandes gerações ou dimensões de direitos.....	176
3.2.4 Previsões legais de proteção aos direitos da personalidade no Código Civil de 2002.....	178

3.3	Domicílio da pessoa natural	205
3.4	Morte da pessoa natural	210
3.4.1	Morte real	210
3.4.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A <i>justificação</i>	212
3.4.3	Morte presumida com declaração de ausência	213
3.4.3.1	Da curadoria dos bens do ausente (arts. 22 a 25 do CC)	213
3.4.3.2	Da sucessão provisória (arts. 26 a 36 do CC).....	215
3.4.3.3	Da sucessão definitiva (arts. 37 a 39 do CC).....	218
3.4.4	Da comoriência	220
3.5	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	221
3.6	Resumo esquemático	226
3.7	Questões correlatas	231
	Gabarito	243
4.	DA PESSOA JURÍDICA	245
4.1	Introdução. Conceito de pessoa jurídica. Regras gerais.....	245
4.2	Principais classificações gerais da pessoa jurídica	248
4.2.1	Quanto à nacionalidade	248
4.2.2	Quanto à estrutura interna	249
4.2.3	Quanto às funções e capacidade	249
4.3	Da pessoa jurídica de direito privado. figuras previstas no art. 44 do CC.....	250
4.3.1	Das fundações particulares.....	250
4.3.2	Das associações.....	254
4.3.3	Das sociedades.....	260
4.3.4	Das organizações religiosas e dos partidos políticos. Corporações <i>sui generis</i>	262
4.3.5	Das Empresas Individuais de Sociedade Limitada (EIRELI).....	264
4.4	Regras de Direito Intertemporal quanto às pessoas jurídicas	265
4.5	Domicílio das pessoas jurídicas	267
4.6	Extinção da pessoa jurídica e destinação dos bens.....	267
4.7	Da desconsideração da personalidade jurídica	269
4.8	Entes ou grupos despersonalizados	288
4.9	Resumo esquemático	290
4.10	Questões correlatas	292
	Gabarito	301
5.	DO OBJETO DO DIREITO. OS BENS.....	303
5.1	Conceito de bens	303

5.2	Principais classificações dos bens	305
5.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	305
5.2.2	Classificação dos bens quanto à mobilidade	306
5.2.3	Classificação quanto à fungibilidade	308
5.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade	309
5.2.5	Classificação quanto à divisibilidade	310
5.2.6	Classificação quanto à individualidade	311
5.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	313
5.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio	319
5.3	Do bem de família.....	321
5.3.1	Introdução. Concepção civil-constitucional do bem de família. A nova dimensão da ideia de patrimônio.....	321
5.3.2	O bem de família convencional ou voluntário.....	326
5.3.3	O bem de família legal.....	329
5.4	Resumo esquemático	348
5.5	Questões correlatas	353
	Gabarito	360
6.	TEORIA GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO	363
6.1	Fatos, atos e negócios jurídicos. Conceitos iniciais.....	363
6.2	Do ato jurídico em sentido estrito ou ato jurídico <i>stricto sensu</i>	370
6.3	Do negócio jurídico	372
6.3.1	Principais classificações dos negócios jurídicos.....	374
6.3.2	Os elementos constitutivos do negócio jurídico	377
6.3.2.1	Introdução. Os três planos do negócio jurídico. A Escada Ponteana.....	377
6.3.2.2	Elementos essenciais do negócio jurídico	381
6.3.2.3	Elementos naturais ou identificadores do negócio jurí- dico.....	391
6.3.2.4	Elementos acidentais do negócio jurídico.....	392
6.4	Adendo especial. breve estudo do negócio jurídico processual e o seu tratamento no novo CPC	400
6.5	Resumo esquemático	409
6.6	Questões correlatas	411
	Gabarito	417
7.	DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO E TEORIA DAS NULIDADES.....	419
7.1	Introdução. Classificação dos vícios do negócio jurídico.....	419

7.2	Do erro e da ignorância.....	420
7.3	Do dolo	425
7.4	Da coação	430
7.5	Do estado de perigo	433
7.6	Da lesão	437
7.7	Da fraude contra credores.....	441
7.8	O novo tratamento da simulação	455
7.9	Da invalidade do negócio jurídico. A teoria das nulidades do negócio jurídico.....	462
7.9.1	Introdução.....	462
7.9.2	Da inexistência do negócio jurídico	463
7.9.3	Da nulidade absoluta	465
7.9.4	Da nulidade relativa ou anulabilidade.....	474
7.10	Resumo esquemático	483
7.11	Questões correlatas	484
	Gabarito	497
8.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. O TRATAMENTO DIFERENCIADO	499
8.1	Introdução.....	499
8.2	Da prescrição	501
8.2.1	Conceito de prescrição	501
8.2.2	Disposições gerais sobre a prescrição.....	503
8.2.3	Das causas impeditivas e suspensivas da prescrição	518
8.2.4	Das causas de interrupção da prescrição	523
8.2.5	Dos prazos de prescrição previstos na Parte Geral do Código Civil. As ações imprescritíveis	529
8.2.6	Prescrição e direito intertemporal	535
8.3	Da decadência. Conceitos e disposições gerais	539
8.3.1	Prazos de decadência.....	543
8.4	Resumo esquemático	545
8.5	Questões correlatas	549
	Gabarito	557
9.	A PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. VI-SÃO ATUALIZADA DIANTE DO NOVO CPC.....	559
9.1	Introdução. A necessidade de o Código Civil trazer um capítulo específico quanto à prova	559

9.2	Os meios de prova previstos pelo Código Civil de 2002. Análise das regras constantes da atual codificação privada.....	561
9.3	Presunções, perícias e investigação de paternidade. Tratamento legal e análise prática	589
9.4	Confrontação entre o art. 221 do Código Civil e o art. 784, II, do CPC/2015, correspondente ao art. 585, II, do CPC/1973. Aplicação do estudo das antinomias ou lacunas de conflito	595
9.5.	Adendo especial. Do tratamento da ata notarial e da carga dinâmica da prova no Novo CPC	598
9.6	Resumo esquemático	602
9.7	Questões correlatas	602
	Gabarito	607
	BIBLIOGRAFIA	609

FLÁVIO TARTUCE

DIREITO CIVIL

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES
E RESPONSABILIDADE CIVIL



14.ª edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 11.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
Foto: Ints Vikmanis/Shutterstock
- Data de fechamento: 27.11.2018

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198d
Tartuce, Flávio

Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil – v. 2 / Flávio Tartuce. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8355-0

1. Obrigações (Direito) – Brasil. 2. Direito civil – Brasil. I. Título. II. Série.

18-53721

CDU: 347.447.5(81)

SUMÁRIO

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. A RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL E O CÓDIGO CIVIL DE 2002	3
1.1 O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos.....	3
1.1.1 Elementos subjetivos da obrigação	6
1.1.2 Elemento objetivo ou material da obrigação	7
1.1.3 Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação	10
1.2 Diferenças conceituais entre obrigação, dever, responsabilidade, ônus e estado de sujeição.....	16
1.3 As fontes obrigacionais no direito brasileiro	21
1.4 Os atos unilaterais como fontes do direito obrigacional	23
1.4.1 Da promessa de recompensa.....	23
1.4.2 Da gestão de negócios.....	25
1.4.3 Do pagamento indevido	28
1.4.4 Do enriquecimento sem causa.....	32
1.5 Dos títulos de crédito como fonte das obrigações civis. Pequena abordagem.....	37
1.6 Resumo esquemático	39
1.7 Questões correlatas.....	40
Gabarito.....	45
2. PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES	47
2.1 Introdução	47

2.2	Classificação quanto ao conteúdo do objeto obrigacional.....	48
2.2.1	Obrigação positiva de dar.....	48
2.2.1.1	Obrigação de dar coisa certa (arts. 233 a 242 do CC)....	49
2.2.1.2	Obrigação de dar coisa incerta (arts. 243 a 246 do CC)....	58
2.2.2	Obrigação positiva de fazer.....	61
2.2.3	Obrigação negativa de não fazer.....	70
2.3	Classificação quanto à presença de elementos obrigacionais.....	72
2.3.1	Considerações iniciais.....	72
2.3.2	Das obrigações compostas objetivas.....	73
2.3.3	Das obrigações compostas subjetivas. As obrigações solidárias....	79
2.3.3.1	Regras gerais.....	79
2.3.3.2	Da obrigação solidária ativa (arts. 267 a 274 do CC)....	82
2.3.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC)....	89
2.3.3.4	Da obrigação solidária mista ou recíproca.....	99
2.4	Classificação quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional.....	99
2.5	Classificação quanto ao conteúdo.....	106
2.6	Classificação quanto à liquidez.....	111
2.7	Classificação quanto à presença ou não de elemento acidental.....	113
2.8	Classificação quanto à dependência.....	113
2.9	Classificação quanto ao local para cumprimento.....	115
2.10	Classificação quanto ao momento para cumprimento.....	115
2.11	Outros conceitos importantes. Obrigação <i>propter rem</i> e obrigação natural.....	116
2.12	Resumo esquemático.....	120
2.13	Questões correlatas.....	122
	Gabarito.....	136

3.	DO ADIMPLEMENTO OBRIGACIONAL – TEORIA DO PAGAMENTO (PRIMEIRA PARTE)	137
3.1	Introdução.....	137
3.2	Elementos subjetivos do pagamento direto. O <i>solvens</i> e o <i>accipiens</i>	138
3.2.1	Do <i>solvens</i> ou “quem deve pagar”.....	138
3.2.2	Do <i>accipiens</i> ou “a quem se deve pagar”.....	141
3.3	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto).....	146
3.4	Do lugar do pagamento direto.....	155

3.5	Do tempo do pagamento.....	159
3.6	Resumo esquemático	161
3.7	Questões correlatas.....	162
	Gabarito	166
4.	DO ADIMPLEMENTO OBRIGACIONAL – TEORIA DO PAGAMENTO (SEGUNDA PARTE).....	167
4.1	Introdução	167
4.2	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento)	168
4.3	Da imputação do pagamento.....	177
4.4	Do pagamento com sub-rogação.....	179
4.5	Da dação em pagamento	183
4.6	Da novação	186
4.7	Da compensação.....	193
4.8	Da confusão.....	201
4.9	Da remissão de dívidas	202
4.10	Os novos tratamentos legais da transação e do compromisso (arbitragem)	204
4.11	Da extinção da obrigação sem pagamento.....	204
4.12	Resumo esquemático	205
4.13	Questões correlatas.....	207
	Gabarito	214
5.	DO INADIMPLEMENTO OBRIGACIONAL. DA RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL	215
5.1	Conceitos iniciais.....	215
5.2	Da mora. Regras gerais	224
5.3	Da purgação da mora.....	233
5.4	Do inadimplemento absoluto da obrigação.....	240
5.5	Dos juros remuneratórios e moratórios	247
5.6	Da cláusula penal.....	264
5.7	Das arras ou sinal	283
5.8	Das preferências e privilégios creditórios.....	287
5.9	Resumo esquemático	290
5.10	Questões correlatas.....	291
	Gabarito.....	301

6. A TRANSMISSIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. CESSÃO DE CRÉDITO, CESSÃO DE DÉBITO E CESSÃO DE CONTRATO.....	303
6.1 Introdução.....	303
6.2 Da cessão de crédito.....	304
6.3 Espécies ou modalidades de cessão de crédito.....	311
6.4 Da cessão de débito ou assunção de dívida.....	312
6.5 Da cessão de contrato.....	317
6.6 Resumo esquemático.....	323
6.7 Questões correlatas.....	323
Gabarito.....	330

RESPONSABILIDADE CIVIL

7. APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITOS BÁSICOS.....	333
7.1 Breve esboço histórico da responsabilidade civil. Da responsabilidade subjetiva à objetivação.....	333
7.2 A responsabilidade pressuposta.....	337
7.3 A responsabilidade civil e o Direito Civil Constitucional.....	339
7.4 O conceito de ato ilícito.....	349
7.5 O abuso de direito como ato ilícito.....	353
7.5.1 O art. 187 do CC. Conceito, exemplos e consequências práticas.....	353
7.5.2 A publicidade abusiva como abuso de direito.....	359
7.5.3 As práticas previstas no Código de Defesa do Consumidor e o conceito do art. 187 do CC.....	362
7.5.4 O abuso de direito e o Direito do Trabalho.....	364
7.5.5 A lide temerária como exemplo de abuso de direito. O abuso no processo.....	366
7.5.6 O abuso do direito de propriedade. A função socioambiental da propriedade.....	369
7.5.7 <i>Spam</i> e abuso de direito.....	373
7.6 Resumo esquemático.....	378
7.7 Questões correlatas.....	379
Gabarito.....	383
8. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU PRESSUPOSTOS DO DEVER DE INDENIZAR.....	385
8.1 Visão geral estrutural.....	385

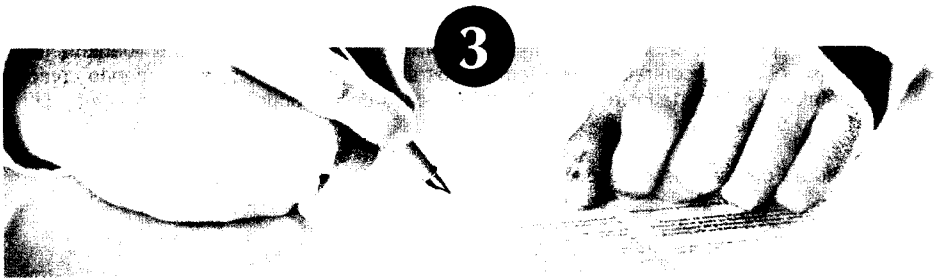
8.2	Conduta humana como elemento da responsabilidade civil.....	386
8.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	389
8.3.1	Do dolo.....	389
8.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i>	390
8.4	O nexos de causalidade.....	402
8.5	Dano ou prejuízo.....	424
8.5.1	Danos patrimoniais ou materiais.....	427
8.5.2	Danos morais.....	442
8.5.2.1	Danos morais × transtornos. A perda do tempo e o crescimento da tese da responsabilidade civil sem dano.....	454
8.5.2.2	Danos morais da pessoa jurídica.....	466
8.5.2.3	Natureza jurídica da indenização por danos morais.....	471
8.5.2.4	Critérios para a quantificação dos danos morais. Algumas tentativas concretas.....	474
8.5.3	Os novos danos. Danos estéticos, danos por perda de uma chance, danos morais coletivos e danos sociais ou difusos.....	484
8.5.3.1	Danos estéticos.....	485
8.5.3.2	Danos por perda de uma chance.....	489
8.5.3.3	Danos morais coletivos.....	498
8.5.3.4	Danos sociais ou difusos.....	504
8.5.4	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002.....	514
8.6	Resumo esquemático.....	525
8.7	Questões correlatas.....	526
	Gabarito.....	535
9.	CLASSIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL QUANTO À CULPA. ANÁLISE DAS REGRAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	537
9.1	A responsabilidade civil subjetiva como regra do ordenamento jurídico brasileiro.....	537
9.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo.....	540
9.3	Principais casos de responsabilidade objetiva consagrados na legislação especial.....	556
9.3.1	A responsabilidade objetiva do Estado.....	556
9.3.2	A responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor....	565
9.3.2.1	O Código de Defesa do Consumidor e a adoção do Princípio da Reparação Integral de Danos. O conceito de consumidor por equiparação ou <i>bystander</i>	565

9.3.2.2	A relação de consumo e o princípio da solidariedade (art. 7.º, parágrafo único, da Lei 8.078/1990). Abordagem da responsabilidade civil pelo vício do produto e por fato do produto (defeito), pelo vício do serviço e fato do serviço (defeito)	571
9.3.2.3	As excludentes de responsabilidade civil previstas no Código de Defesa do Consumidor	580
9.3.2.4	Análise do art. 931 do CC e sua confrontação em relação ao Código de Defesa do Consumidor. A tese do diálogo das fontes quanto à responsabilidade civil.....	585
9.3.3	A responsabilidade civil por danos ambientais	590
9.4	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Regras específicas ...	598
9.4.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta	598
9.4.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal ...	610
9.4.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção	615
9.4.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios	618
9.4.5	A responsabilidade civil objetiva em relação a dívidas	620
9.4.6	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte	625
9.5	Resumo esquemático	635
9.6	Questões correlatas	636
	Gabarito	651
10.	EXCLUDENTES DO DEVER DE INDENIZAR, RESPONSABILIDADE CIVIL E RESPONSABILIDADE CRIMINAL	653
10.1	Esclarecimentos necessários.....	653
10.2	Das excludentes do dever de indenizar	654
10.2.1	Da legítima defesa	654
10.2.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente.....	657
10.2.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	659
10.2.4	Das excludentes denexo de causalidade	663
10.2.5	Da cláusula de não indenizar.....	666
10.3	Relação entre a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal	671
10.4	Resumo esquemático	684
10.5	Questões correlatas.....	685
	Gabarito.....	689
	BIBLIOGRAFIA	691

FLÁVIO TARTUCE

DIREITO CIVIL

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS
E CONTRATOS EM ESPÉCIE



14.^a edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 11.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
Foto: Halfpoint/Shutterstock
- Data de fechamento: 27.11.2018

110924

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198d
Tartuce, Flávio

Direito Civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie – v. 3 / Flávio Tartuce. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8356-7

1. Responsabilidade (Direito). 2. Contratos - Brasil. 3. Direito civil - Brasil. I. Título. II. Série.

18-53722

CDU: 347.4(81)

SUMÁRIO

1	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS – INTRODUÇÃO	1
1.1	Conceito de contrato. Conceito clássico e conceito contemporâneo	1
1.2	A suposta crise dos contratos.....	5
1.3	A teoria do diálogo das fontes. Diálogos entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002 em relação aos contratos.....	8
1.4	Elementos constitutivos dos contratos. A <i>Escada Ponteana</i>	14
1.5	Principais classificações contratuais	21
1.5.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas ou quanto à presença de <i>sinagma</i>	21
1.5.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes.....	22
1.5.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato.....	23
1.5.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação.....	23
1.5.5	Quanto à previsão legal.....	25
1.5.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. O conceito de contrato de adesão. Diferenças em relação ao contrato de consumo	27
1.5.7	Quanto à presença de formalidades	35
1.5.8	Quanto à independência do contrato. O conceito de contratos coligados	37
1.5.9	Quanto ao momento do cumprimento	41
1.5.10	Quanto à personalidade	42
1.5.11	Quanto às pessoas envolvidas	42
1.5.12	Quanto à definitividade do negócio.....	44
1.6	Resumo esquemático	45
1.7	Questões correlatas.....	47
	Gabarito.....	51

2	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS – OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	53
2.1	Introdução. O contrato na perspectiva civil-constitucional	53
2.2	O princípio da autonomia privada.....	57
2.3	O princípio da função social dos contratos.....	63
2.3.1	Análise dos arts. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil...	63
2.3.2	Eficácia interna e externa da função social dos contratos.....	71
2.3.3	Dispositivos do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil de 2002 consagradores da função social dos contratos.....	77
2.4	O princípio da força obrigatória dos contratos (<i>pacta sunt servanda</i>)	95
2.5	O princípio da boa-fé objetiva	98
2.5.1	Conceitos básicos relacionados à boa-fé objetiva e à eticidade...	98
2.5.2	O princípio da boa-fé objetiva ou boa-fé contratual. Análise do art. 422 do Código Civil	104
2.5.3	A função de integração da boa-fé objetiva. Os conceitos oriundos do direito comparado: <i>supressio, surrectio, tu quoque, venire contra factum proprium, duty to mitigate the loss e Nachfrist</i>	116
2.6	O princípio da relatividade dos efeitos contratuais.....	129
2.7	Resumo esquemático	138
2.8	Questões correlatas	140
	Gabarito.....	154
3	A FORMAÇÃO DO CONTRATO PELO CÓDIGO CIVIL E PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	155
3.1	A formação do contrato pelo Código Civil.....	155
3.1.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação	156
3.1.2	Fase de proposta, policitização ou oblação	159
3.1.3	Fase de contrato preliminar	163
3.1.4	Fase de contrato definitivo	167
3.2	A formação do contrato pelo Código de Defesa do Consumidor	168
3.3	A formação do contrato pela via eletrônica	174
3.4	Resumo esquemático	179
3.5	Questões correlatas.....	180
	Gabarito.....	188
4	A REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS PELO CÓDIGO CIVIL E PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	189
4.1	Introdução	189
4.2	A revisão contratual pelo Código Civil	190

4.3	A revisão contratual pelo Código de Defesa do Consumidor.....	205
4.4	Resumo esquemático	213
4.5	Questões correlatas	213
	Gabarito.....	218
5	EFEITOS DOS CONTRATOS – OS VÍCIOS REDIBITÓRIOS, OS VÍCIOS DO PRODUTO E A EVICÇÃO.....	219
5.1	Introdução	219
5.2	Os vícios redibitórios no Código Civil	220
5.3	Os vícios do produto no Código de Defesa do Consumidor.....	232
5.4	A evicção.....	238
5.5	Resumo esquemático	250
5.6	Questões correlatas	253
	Gabarito.....	261
6	A EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	263
6.1	Introdução	263
6.2	Extinção normal dos contratos.....	264
6.3	Extinção por fatos anteriores à celebração.....	265
6.4	Extinção por fatos posteriores à celebração.....	271
6.5	Extinção por morte de um dos contratantes.....	292
6.6	Resumo esquemático	293
6.7	Questões correlatas	293
	Gabarito.....	303
7	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DA COMPRA E VENDA	305
7.1	Conceito de compra e venda e seus elementos principais	305
7.2	Natureza jurídica do contrato de compra e venda	311
7.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato	313
7.4	Restrições à compra e venda	316
7.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC)	316
7.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC)	323
7.4.3	Da venda de bens sob administração. As restrições constantes do art. 497 do CC	324
7.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum. O direito de prelação legal do condômino (art. 504 do CC).....	326

7.5	Regras especiais da compra e venda.....	331
7.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC)	331
7.5.2	Venda a contento ou sujeita a prova (arts. 509 a 512 do CC)	332
7.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC)	334
7.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC)	338
7.6	Das cláusulas especiais da compra e venda.....	339
7.6.1	Cláusula de retrovenda	340
7.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional..	343
7.6.3	Cláusula de venda sobre documentos.....	348
7.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio	350
7.7	Resumo esquemático	359
7.8	Questões correlatas.....	359
	Gabarito.....	365
8	CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA TROCA E DO CONTRATO ESTIMATÓRIO	367
8.1	Da troca ou permuta	367
8.1.1	Conceito e natureza jurídica	367
8.1.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda.....	368
8.1.3	Troca entre ascendentes e descendentes.....	369
8.2	Contrato estimatório ou venda em consignação	370
8.2.1	Conceito e natureza jurídica	370
8.2.2	Efeitos e regras do contrato estimatório.....	371
8.3	Resumo esquemático	375
8.4	Questões correlatas.....	375
	Gabarito.....	376
9	CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA DOAÇÃO	377
9.1	Conceito e natureza jurídica	377
9.2	Efeitos e regras da doação sob o prisma das suas modalidades ou espécies.....	382
9.2.1	Classificação da doação quanto à presença ou não de elementos acidentais	382
9.2.2	Doação remuneratória.....	384
9.2.3	Doação contemplativa ou meritória	385
9.2.4	Doação a nascituro.....	385
9.2.5	Doação sob forma de subvenção periódica	387
9.2.6	Doação em contemplação de casamento futuro (doação <i>propter nuptias</i>)	388

9.2.7	Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges	388
9.2.8	Doação com cláusula de reversão.....	392
9.2.9	Doação conjuntiva.....	393
9.2.10	Doação manual.....	394
9.2.11	Doação inoficiosa.....	395
9.2.12	Doação universal.....	399
9.2.13	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	401
9.2.14	Doação a entidade futura.....	402
9.3	Da promessa de doação.....	403
9.4	Da revogação da doação.....	405
9.5	Resumo esquemático.....	410
9.6	Questões correlatas.....	411
	Gabarito.....	417
10	CONTRATOS EM ESPÉCIE - LOCAÇÃO DE COISAS E FIANÇA	419
10.1	Locação. Conceitos gerais.....	419
10.2	Locação de coisas no Código Civil (arts. 565 a 578 do CC).....	420
10.3	Locação de imóvel urbano residencial ou não residencial. Estudo da Lei de Locação (Lei 8.245/1991) e das alterações incluídas pela Lei 12.112/2009 ...	428
10.3.1	Introdução.....	428
10.3.2	Características e regras gerais da Lei de Locação. Aspectos materiais.....	436
10.3.3	Deveres do locador e do locatário na locação de imóvel urbano.....	444
10.3.4	Regras quanto à extinção da locação residencial e da locação para temporada.....	449
10.3.5	Regras quanto à extinção da locação não residencial.....	453
10.3.6	O direito de preferência do locatário.....	460
10.3.7	Benfeitorias e nulidades contratuais.....	464
10.3.8	Transferência do contrato de locação.....	467
10.3.9	As garantias locatícias.....	470
10.3.10	Regras processuais relevantes da Lei de Locação. As ações específicas.....	474
10.3.10.1	Da ação de despejo (arts. 59 a 66 da Lei 8.245/1991)....	475
10.3.10.2	Da ação de consignação de aluguéis e acessórios da locação (art. 67 da Lei 8.245/1991).....	485
10.3.10.3	Da ação revisional de aluguel (arts. 68 a 70 da Lei 8.245/1991).....	487
10.3.10.4	Da ação renovatória (arts. 51 a 53 e 71 a 75 da Lei 8.245/1991).....	489
10.3.10.5	Das regras processuais comuns (art. 58 da Lei 8.245/1991).....	495

10.4	Contrato de fiança	497
10.4.1	Conceito e natureza jurídica	497
10.4.2	Efeitos e regras relativas à fiança	506
10.4.3	Extinção da fiança	518
10.4.4	A impenhorabilidade do bem de família do fiador.....	520
10.5	Resumo esquemático	528
10.6	Questões correlatas.....	532
	Gabarito.....	539
11	CONTRATOS EM ESPÉCIE – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E EMPREITADA....	541
11.1	Introdução	541
11.2	O contrato de prestação de serviço	543
11.2.1	Conceito e natureza jurídica	543
11.2.2	Regras do contrato de prestação de serviços previstas no Código Civil de 2002	545
11.2.3	A extinção da prestação de serviço e suas consequências jurídicas....	549
11.3	O contrato de empreitada.....	558
11.3.1	Conceito e natureza jurídica	558
11.3.2	Regras específicas quanto à empreitada no Código Civil de 2002....	559
11.3.3	Extinção do contrato de empreitada.....	567
11.4	Resumo esquemático	568
11.5	Questões correlatas.....	570
	Gabarito.....	577
12	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DO EMPRÉSTIMO (COMODATO E MÚ-TUO) E DO DEPÓSITO.....	579
12.1	Do contrato de empréstimo. Introdução.....	579
12.2	Do comodato ou empréstimo de uso.....	580
12.3	Do mútuo ou empréstimo de consumo.....	590
12.4	Do contrato de depósito	597
12.4.1	Conceito e natureza jurídica	597
12.4.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional	598
12.4.3	O depósito necessário	605
12.4.4	A prisão do depositário infiel na visão civil-constitucional.....	606
12.5	Resumo esquemático	610
12.6	Questões correlatas.....	612
	Gabarito.....	618

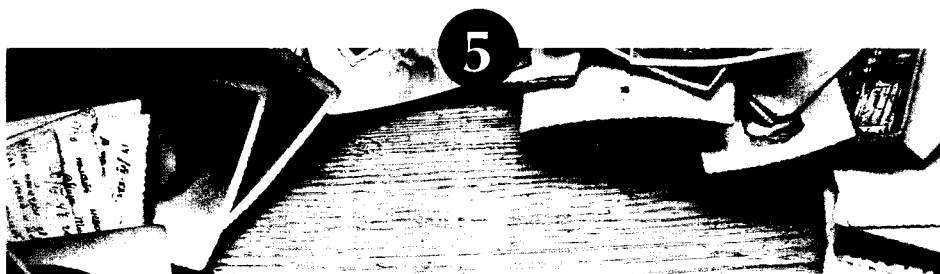
13	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DO MANDATO	619
13.1	Conceito e natureza jurídica	619
13.2	Principais classificações do mandato.....	624
13.3	Regras e efeitos do mandato.....	626
13.4	Do substabelecimento.....	631
13.5	Extinção do mandato	632
13.6	Resumo esquemático	636
13.7	Questões correlatas	638
	Gabarito.....	644
14	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DA COMISSÃO, DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO E DA CORRETAGEM	645
14.1	Introdução	645
14.2	Da comissão	646
14.3	Da agência e distribuição.....	652
14.4	Da corretagem.....	659
14.5	Resumo esquemático	670
14.6	Questões correlatas.....	670
	Gabarito.....	675
15	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DO TRANSPORTE	677
15.1	Conceito e natureza jurídica	677
15.2	Regras gerais para o contrato de transporte.....	681
15.3	Do transporte de pessoas.....	687
15.4	Do transporte de coisas	707
15.5	Resumo esquemático	712
15.6	Questões correlatas.....	713
	Gabarito.....	717
16	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DO CONTRATO DE SEGURO	719
16.1	Conceito e natureza jurídica	719
16.2	Regras gerais quanto ao contrato de seguro constantes do Código Civil	723
16.3	Do seguro de dano	748
16.4	Do seguro de pessoa.....	757
16.5	Resumo esquemático	769
16.6	Questões correlatas.....	770
	Gabarito.....	775

17 CONTRATOS EM ESPÉCIE – DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA E DO JOGO E APOSTA	777
17.1 Da constituição de renda	777
17.2 Do jogo e da aposta	781
17.3 Resumo esquemático	785
17.4 Questões correlatas.....	786
Gabarito	788
18 CONTRATOS EM ESPÉCIE – DA TRANSAÇÃO E DO COMPROMISSO ...	789
18.1 Introdução	789
18.2 Da transação.....	789
18.3 Do compromisso e da arbitragem	797
18.4 Resumo esquemático	808
18.5 Questões correlatas.....	809
Gabarito.....	811
BIBLIOGRAFIA	813

FLÁVIO TARTUCE

DIREITO CIVIL

DIREITO DE FAMÍLIA



14.^a edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 11.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
Foto: iravgustin/Shutterstock
- Fechamento desta edição: 27.11.2018
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198d
Tartuce, Flávio

Direito civil : direito de família – v. 5 / Flávio Tartuce. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8358-1

1. Direito de família – Brasil. I. Título. II. Série.

18-49108

CDU: 347.961(81)

SUMÁRIO

1. DIREITO DE FAMÍLIA – INTRODUÇÃO	1
1.1 Conceito de Direito de Família. Estágio atual	1
1.2 O novo Direito de Família. Princípios.....	5
1.2.1 Direito Civil Constitucional e Direito de Família.....	5
1.2.2 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988).....	7
1.2.3 Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988).....	14
1.2.4 Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC).....	16
1.2.5 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC).....	17
1.2.6 Princípio da igualdade na chefia familiar (arts. 1.566, III e IV, 1.631 e 1.634 do CC e art. 226, §§ 5.º e 7.º, da CF).....	21
1.2.7 Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC)...	21
1.2.8 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC).....	23
1.2.9 Princípio da afetividade.....	25
1.2.10 Princípio da função social da família	30
1.2.11 Princípio da boa-fé objetiva.....	32
1.3 Concepção constitucional de família.....	39
1.4 Resumo esquemático	43
1.5 Questões correlatas	45
Gabarito.....	48

2. CASAMENTO – CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, INVALIDADE E EFEITOS DO CASAMENTO	49
2.1 Conceito e natureza jurídica do casamento. Regras iniciais.....	49
2.2 Da capacidade para o casamento. Diferenças entre incapacidade e impedimentos	54
2.3 Impedimentos matrimoniais no Código Civil de 2002.....	62
2.4 As causas suspensivas do casamento	65
2.5 Do processo de habilitação e da celebração do casamento.....	69
2.5.1 Casamento nos casos de moléstia grave.....	75
2.5.2 Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i>	76
2.5.3 Casamento por procuração.....	77
2.5.4 Casamento religioso com efeitos civis.....	78
2.5.5 Casamento perante autoridade consular.....	80
2.6 Da invalidade do casamento.....	81
2.6.1 Introdução.....	81
2.6.2 Do casamento inexistente	83
2.6.3 Do casamento nulo	92
2.6.4 Do casamento anulável.....	98
2.6.5 Do casamento putativo.....	109
2.7 Prova do casamento	113
2.8 Efeitos e deveres do casamento	114
2.9 Responsabilidade pré-negocial no casamento. A quebra de promessa de casamento. A aplicação da boa-fé objetiva	120
2.10 Resumo esquemático	126
2.11 Questões correlatas	129
Gabarito	134
3. CASAMENTO. DIREITO PATRIMONIAL – REGIME DE BENS.....	135
3.1 Introdução. Conceito e princípios dos regimes de bens. Da ação de alteração do regime de bens.....	135
3.2 Regras gerais quanto ao regime de bens.....	149
3.3 Pacto antenupcial. Conceito e regras.....	173
3.4 Regras especiais quanto ao regime de bens	180
3.4.1 Regime da comunhão parcial	180
3.4.2 Regime da comunhão universal.....	193
3.4.3 Regime da participação final nos aquestos	198
3.4.4 Regime da separação de bens	204

3.5	Resumo esquemático	208
3.6	Questões correlatas	209
	Gabarito	219
4.	DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL. ANÁLISE COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010 E COM O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	221
4.1	Introdução. Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela EC 66/2010. A infeliz reafirmação da separação de direito pelo Novo CPC. Análise crítica...	221
4.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010	243
4.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato. Aprofundamentos necessários...	243
4.2.2	Preservação do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	249
4.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto. Regras fundamentais quanto ao divórcio extrajudicial...	253
4.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal. Do julgamento parcial de mérito nas ações de divórcio (art. 356 do Novo CPC).....	270
4.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	279
4.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014). A guarda de animais de estimação e a aplicação das mesmas regras previstas para os filhos. Visão crítica	283
4.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a EC 66/2010. O problema dos alimentos pós-divórcio	304
4.2.8	A responsabilidade civil em decorrência da dissolução do casamento	306
4.2.8.1	Introdução. Direito de família e responsabilidade civil. Premissas fundamentais para a compreensão do tema	306
4.2.8.2	A responsabilidade civil nas relações casamentárias. Os danos reparáveis.....	309
4.2.8.3	A possibilidade anterior de discussão da reparação de danos em sede de separação judicial. Impacto com a EC 66/2010 e com o Novo CPC	313
4.2.8.4	A reparação dos danos por quebra da fidelidade (antigo adultério).....	316
4.2.8.5	A reparação dos danos por infidelidade virtual.....	321

4.2.8.6	A reparação dos danos por conduta violenta entre os cônjuges. A incidência da Lei Maria da Penha e seus mecanismos de tutela (Lei 11.340/2006).....	330
4.2.8.7	O abuso de direito e sua incidência na relação casamentária. Os casos dos maridos enganados pela gravidez da mulher	334
4.3	Resumo esquemático	338
4.4	Questões correlatas	339
	Gabarito	343
5.	DA UNIÃO ESTÁVEL	345
5.1	Introdução	345
5.2	Conceito de união estável e seus requisitos	352
5.3	Diferenças entre união estável e concubinato. A questão das uniões estáveis plúrimas ou paralelas. A monogamia como princípio da união estável	364
5.4	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável	384
5.5	União de pessoas do mesmo sexo ou união homoafetiva.....	410
5.6	Resumo esquemático	424
5.7	Questões correlatas	426
	Gabarito	432
6.	DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO. DISPOSIÇÕES GERAIS, FILIAÇÃO, RECONHECIMENTO DE FILHOS, ADOÇÃO E PODER FAMILIAR	433
6.1	Disposições gerais quanto ao parentesco	433
6.2	Filiação. Regras gerais. As antigas presunções de paternidade e as questões de biodireito. O criticável art. 1.601 do Código Civil e a parentalidade socioafetiva. Aprofundamentos quanto à posse de estado de filhos. A multiparentalidade como realidade jurídica da filiação. Primeiros impactos da decisão do STF, prolatada em repercussão geral (STF, RE 898.060/SC, julgada em 21.09.2016).....	441
6.3	Reconhecimento de filhos.....	486
6.3.1	Introdução.....	486
6.3.2	Reconhecimento voluntário	487
6.3.3	Reconhecimento judicial.....	492
6.3.3.1	Foro competente para apreciar a ação investigatória	497
6.3.3.2	Legitimidade ativa para a ação investigatória	499
6.3.3.3	Legitimidade passiva para a ação investigatória	501
6.3.3.4	Fundamentos jurídicos do pedido.....	501
6.3.3.5	Valor da causa e outros efeitos	502

6.3.4	Questões controvertidas quanto à ação investigatória de paternidade.....	504
6.3.4.1	Os alimentos na ação investigatória.....	504
6.3.4.2	A discussão da parentalidade socioafetiva na ação investigatória.....	504
6.3.4.3	A relativização da coisa julgada na ação investigatória.....	508
6.3.4.4	A obrigatoriedade do exame de DNA e a presunção de paternidade.....	512
6.4	Adoção.....	515
6.5	Poder familiar.....	539
6.6	Resumo esquemático.....	551
6.7	Adendo especial.....	554
6.7.1	Art. 1.601.....	554
6.8	Questões correlatas.....	564
	Gabarito.....	574
7.	DOS ALIMENTOS.....	575
7.1	Conceito de alimentos e pressupostos da obrigação alimentar.....	575
7.2	Características da obrigação alimentar e do direito aos alimentos.....	586
7.3	Principais classificações dos alimentos.....	613
7.4	Modalidades contemporâneas de alimentos. Alimentos compensatórios, gravídicos e <i>intuitu familiae</i>	618
7.5	Outras regras previstas no Código Civil de 2002 e a extinção da obrigação de alimentos. Culpa e alimentos.....	629
7.6	Regras previstas na Lei 5.478/1968. Aspectos materiais e processuais atualizados perante o Novo CPC.....	640
7.7	Resumo esquemático.....	663
7.8	Questões correlatas.....	664
	Gabarito.....	673
8.	DO BEM DE FAMÍLIA.....	675
8.1	Introdução. O bem de família na perspectiva civil-constitucional.....	675
8.2	O bem de família convencional ou voluntário.....	679
8.3	Bem de família legal.....	683
8.4	Resumo esquemático.....	704
8.5	Questões correlatas.....	705
	Gabarito.....	709

9. DO DIREITO ASSISTENCIAL – DA TUTELA, DA CURATELA E DA GUARDA. ESTUDO ATUALIZADO PERANTE O NOVO CPC E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	711
9.1 Introdução	711
9.2 Da tutela	716
9.3 Da curatela	728
9.4 Da guarda	751
9.5 Resumo esquemático	755
9.6 Questões correlatas	755
Gabarito	758
 BIBLIOGRAFIA	 759

FLÁVIO
TARTUCE

DIREITO CIVIL

DIREITO DAS SUCESSÕES

14^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



VOL. **6**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.12.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198d

Tartuze, Flávio

Direito Civil: direito das sucessões / Flávio Tartuze. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.
(Direito civil; 6)

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-309-9376-4

1. Direito de família – Brasil. 2. Herança e sucessão – Brasil. I. Título.

20-68303

CDU: 347.65(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

1. DIREITO DAS SUCESSÕES. CONCEITOS FUNDAMENTAIS E REGRAS GERAIS	1
1.1 Introdução. O direito das sucessões e seus fundamentos. A função social das heranças.....	1
1.2 Das modalidades gerais de sucessão <i>mortis causa</i> e suas premissas básicas	9
1.3 Do momento da abertura da sucessão. Modalidades de morte civil. O <i>droit de saisine</i> e suas consequências	10
1.4 Do local da abertura da sucessão	27
1.5 A aplicação das normas sucessórias no tempo. Preceitos fundamentais de direito intertemporal sucessório	31
1.6 Das modalidades de herdeiros no Código Civil brasileiro de 2002	34
1.7 Do conceito de herança. O espólio e a sua legitimidade processual. Reflexões sobre a herança digital	41
1.8 Da herança como bem imóvel e indivisível. A cessão de direitos hereditários	52
1.9 A responsabilidade dos herdeiros até as forças da herança. O art. 1.792 do Código Civil e a máxima <i>intra vires hereditatis</i>	60
1.10 Do prazo para abertura do inventário e para o seu encerramento. O administrador provisório do inventário	64
1.11 Da herança jacente e da herança vacante	68
1.12 Da vocação hereditária e os legitimados a suceder	77
1.13 Da aceitação e renúncia da herança	92
1.13.1 Conceitos básicos. A ideia de <i>delação sucessória</i>	92
1.13.2 Das regras específicas da aceitação ou adição da herança	93
1.13.3 Das regras específicas da renúncia à herança	96

1.13.4	Das regras comuns à aceitação e à renúncia à herança	106
1.14	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças.....	111
1.14.1	Conceitos elementares	111
1.14.2	Das hipóteses legais de indignidade e de deserdação	113
1.14.3	Dos efeitos jurídicos da indignidade sucessória e da deserdação.....	122
1.15	Da ação de petição de herança.....	127
1.16	Resumo esquemático	141
1.17	Questões correlatas	147
	Gabarito	161
2.	DA SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	163
2.1	Introdução. As relações de parentesco e a sucessão legítima.....	164
2.2	Panorama geral das inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002 quanto à sucessão legítima. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil.....	175
2.3	Da ordem de vocação hereditária do art. 1.829 do Código Civil. A introdução da concorrência sucessória do cônjuge no sistema sucessório nacional. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (<i>Informativo n. 864 da Corte</i>).....	182
2.4	Da sucessão dos descendentes e a sua concorrência com o cônjuge e o companheiro. Análise das principais polêmicas. As controvérsias relativas à concorrência nos regimes da comunhão parcial e da separação de bens	190
2.5	Da reserva da quarta parte da herança para o cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes. O problema da <i>concorrência híbrida</i> na sucessão do cônjuge ou companheiro com os descendentes	216
2.6	Da sucessão dos descendentes e do direito de representação	223
2.7	Da sucessão dos descendentes socioafetivos. Análise a partir da recente decisão do STF sobre o tema, em repercussão geral (Recurso Extraordinário 898.060/SC, julgado em 21 de setembro de 2016, publicado no seu <i>Informativo n. 840</i>).....	228
2.8	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge e do companheiro.....	242
2.9	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente. Do cônjuge e do convivente como herdeiros de terceira classe, após a decisão do STF, de maio de 2017	246

2.10	Das condições para o cônjuge ou companheiro herdar isoladamente ou em concorrência. O polêmico art. 1.830 do Código Civil. A herança do cônjuge e o casamento putativo	248
2.11	Do direito real de habitação como direito sucessório do cônjuge	257
2.12	Da sucessão dos colaterais. Do direito de representação transversal	271
2.13	Da sucessão do companheiro e suas controvérsias. A inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e suas consequências. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.....	280
2.13.1	A sucessão do companheiro antes do Código Civil de 2002....	280
2.13.2	Do polêmico art. 1.790 do Código Civil. Visão geral até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Os primeiros julgados sobre o tema, prolatados pelo Superior Tribunal de Justiça em 2017	285
2.13.3	Da sucessão do companheiro quanto aos bens adquiridos a título gratuito não havendo outros herdeiros. O cerne da inconstitucionalidade. O problema da concorrência com o Estado	302
2.13.4	Da concorrência do companheiro com os descendentes na <i>sucessão híbrida</i> . As teorias anteriores existentes e sua superação	304
2.13.5	Da hipótese de concorrência sucessória entre o cônjuge e o companheiro	311
2.13.6	Do direito real de habitação do companheiro.....	315
2.13.7	Os direitos sucessórios do concubino e o problema das uniões estáveis plúrimas	322
2.13.8	Das teses anteriores de inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil. O <i>estado da arte</i> na doutrina e na jurisprudência brasileira até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	341
2.14	Análise de casos sucessórios concretos. Aprofundamento das regras da sucessão legítima	364
2.15	Resumo esquemático	375
2.16	Questões correlatas.....	378
	Gabarito.....	395
3.	DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	397
3.1	Do conceito de testamento e seu conteúdo. Das dificuldades práticas de sua elaboração no Brasil	397
3.2	Das principais características do testamento	406
3.3	Regras fundamentais a respeito do testamento no Código Civil de 2002 e a capacidade de testar. O prazo para invalidar o testamento. Hipóteses de invalidade testamentária.....	409

3.4	Das modalidades ou formas de testamento	420
3.4.1	Primeiras palavras.....	420
3.4.2	Dos testamentos ordinários ou comuns	424
3.4.2.1	Do testamento público	424
3.4.2.2	Do testamento cerrado	442
3.4.2.3	Do testamento particular.....	449
3.4.3	Dos testamentos especiais.....	457
3.4.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico.....	457
3.4.3.2	Do testamento militar. ● tratamento relativo ao testamento nuncupativo	462
3.4.4	Do denominado testamento vital ou biológico	466
3.5	Do codicilo.....	474
3.6	Das disposições testamentárias. Regras fundamentais a respeito da interpretação do testamento	479
3.7	Das cláusulas restritivas no testamento: inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade	493
3.8	Dos legados	515
3.8.1	Conceito e modalidades específicas	515
3.8.1.1	Do legado de coisa alheia.....	516
3.8.1.2	Do legado de coisa comum	517
3.8.1.3	Do legado de coisa genérica	518
3.8.1.4	Do legado de coisa singular	520
3.8.1.5	Do legado de coisa localizada	521
3.8.1.6	Do legado de crédito e de quitação de dívida	521
3.8.1.7	Do legado de alimentos	522
3.8.1.8	Do legado de usufruto	525
3.8.1.9	Do legado de imóvel	527
3.8.1.10	Do legado de dinheiro	529
3.8.1.11	Do legado alternativo	530
3.8.1.12	Do legado puro ou simples e o legado com elementos acidentais	531
3.8.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento	532
3.8.3	Da caducidade dos legados.....	537
3.8.4	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários	543
3.9	Das substituições testamentárias	548
3.10	Da redução das disposições testamentárias	556
3.11	Da revogação do testamento	560
3.12	Do rompimento do testamento	562

3.13	Do testamenteiro	568
3.13.1	Conceito, natureza jurídica e modalidades	568
3.13.2	Principais atribuições e efeitos da testamentaria	571
3.14	Resumo esquemático	579
3.15	Questões correlatas.....	580
	Gabarito.....	592
4.	DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA. VISÃO ATUALIZADA DIANTE DO CPC/2015	593
4.1	Do inventário. Conceito e procedimentos	593
4.2	Das espécies de inventário e seus procedimentos	602
4.2.1	Inventário judicial.....	602
4.2.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum).....	603
4.2.1.2	Inventário judicial pelo rito ou procedimento sumário.....	636
4.2.1.3	Inventário judicial pelo rito ou procedimento do arrolamento comum	639
4.2.2	Inventário extrajudicial ou por via administrativa.....	644
4.3	Da pena de sonegados.....	652
4.4	Do pagamento das dívidas	657
4.5	Da colação ou conferência e redução das doações inoficiosas.....	663
4.5.1	Colação.....	663
4.5.2	Redução das doações inoficiosas	676
4.6	Da partilha.....	681
4.6.1	Partilha amigável ou extrajudicial	682
4.6.2	Partilha judicial.....	683
4.6.3	Partilha em vida	691
4.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção.....	693
4.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha.....	695
4.9	Dos pedidos de alvarás em inventário.....	700
4.10	Planejamento sucessório	702
4.11	Resumo esquemático	713
4.12	Questões correlatas.....	714
	Gabarito.....	721
	BIBLIOGRAFIA	723